

Subcomissão acusa empreiteiras

OS PEDIDOS DE ENQUADRAMENTO CRIMINAL, QUE SERÃO ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO, INCLUEM TAMBÉM EX-ASSESSORES DE COLLOR.



O relatório da Subcomissão de Patrimônio da CPI do Orçamento, além de sugerir a cassação de 17 parlamentares, responsabilizou o ex-ministro das Minas e Energia Pratinha de Moraes e dois ex-presidentes da Caixa Econômica Federal, Lafaiete Coutinho e Álvaro Mendonça, por uso indevido de cargo público. Outras autoridades do governo Collor, como os ex-ministros da Ação Social, Margarida Procópio e Ricardo Fiúza, os representantes do governo no Conselho Curador do

FGTS e os presidentes do Incra no biênio 1991-1992 também serão denunciados ao Ministério Público Federal. O relatório da subcomissão foi entregue no início da tarde de ontem ao relator-geral Roberto Magalhães (PFL-PE).

De acordo com as investigações da subcomissão, o Ministério das Minas e Energia e a Eletrobrás criaram, naquele período, operações de financiamento para a privatização de estatais que favoreceram a Construtora Norberto Odebrecht. Já os ex-presidentes da CEF, os ministros da Ação Social e os representantes do governo no Conselho Curador, estão indiciados pelo rombo no FGTS, decorrente da aplicação irregular dos recursos do fundo. A subcomissão constatou que a presidência da CEF, responsável pelas liberações de

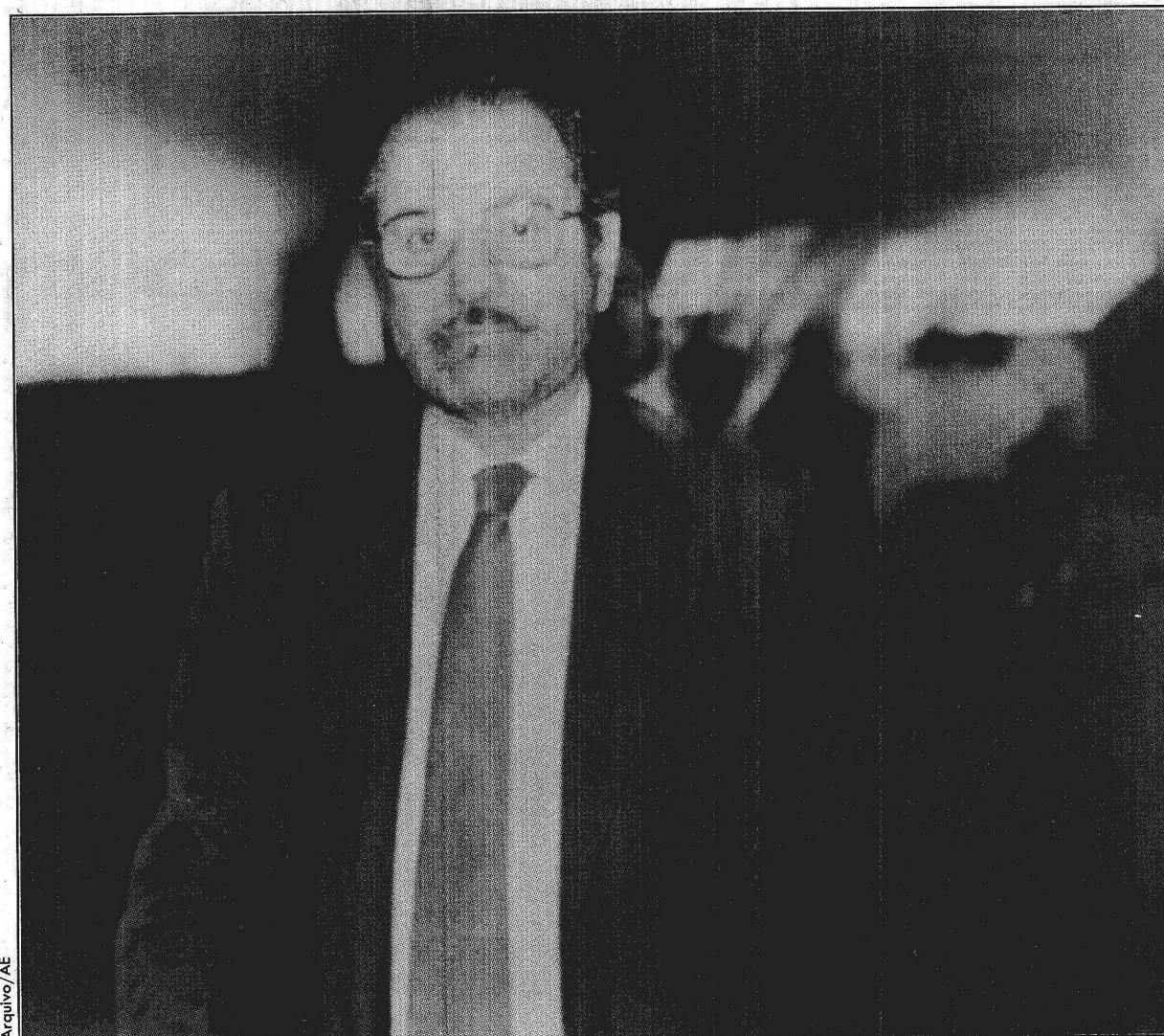
verbas para a construção de casas populares e obras de saneamento, não dispunha de autorização legal para realizar esta tarefa.

Além de examinar os dois casos, a subcomissão investigou os processos de licitação de 26 obras públicas e pediu o enquadramento criminal de nove empreiteiras. Segundo a Subcomissão de Patrimônio, as empreiteiras Odebrecht, OAS, Servaz, CBPO, Tenenge, Cowan, Queiroz Galvão, E.I.T e Tratex devem ser alvo de processo criminal na Polícia Federal. As empresas foram enquadradas nos crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa, fraude em

concorrência pública, abuso de poder econômico e crime contra a ordem tributária.

“Vamos enviar a documentação ao Ministério Público já no ponto de instauração de processo”, disse ontem o coordenador da subcomissão, senador José Paulo Bisol (PSB-RS). Bisol foi quem determinou, há cerca de dois meses, a apreensão dos arquivos da Odebrecht, guardados em sua representação de Brasília. As apurações levaram a CPI a concluir que as construtoras preparavam desde o edital das obras públicas até o resultado final da concorrência, incluídos os superfaturamentos de preços e o pagamento de propinas. Devido à extensão de seu trabalho, a Subcomissão de Patrimônio foi a última das quatro a entregar suas conclusões ao relator Roberto Magalhães.

Vamos enviar a documentação ao Ministério Público já no ponto de instauração de processo
(Do senador José Paulo Bisol)



Arquivo/AE

Bisol: amplas investigações e relatório que não poupou nem o presidente do Congresso.